



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA AUTOPROPULSADO
(Corpo de Artilharia a Cavalo /1831)
REGIMENTO MALLET

**PLANO DIRETOR
DE
LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
(PLS)**

2025 - 2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
INTRODUÇÃO.....	5
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS.....	5
METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO.....	6
METODOLOGIA DE AFERIÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS.....	7
DIAGNÓSTICO ATUAL.....	10
PLANO DE AÇÕES E METAS POR EIXO TEMÁTICO.....	11
IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	12
CONCLUSÃO.....	13
ANEXOS.....	13

MEMBROS DA COMISSÃO GESTORA DO PLS

HUGO SCHUABB DE ALMEIDA - Cap

Chefe da Comissão

THALES EDUARDO VIEIRA HARTWIG – 2º Ten

Membro da Comissão 1

EDUARDO RIBEIRO – 1º Ten

Membro da Comissão 2 - representante do Serviço de
Aprovisionamento

ALEXANDRE GUEDES MANZONI – 1º Ten

Membro da Comissão 3 - representantedo Almojarifado

GUILHERME ALMEIDA MOTTA – 1º Ten

Membro da Comissão 4 – representante da Conformidade de Registros de Gestão

JOAO GABRIEL GARCIA MARTINI - 2º Ten

Membro da Comissão 5 – representante da Oficina

HISTÓRICO DE VERSÕES

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO
20/12/24	1.0	Versão original

APRESENTAÇÃO

O PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL do 3º GAC AP fundamenta-se basicamente na Nova Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021), a Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, e em diversos mecanismos legais que estabelecem diretrizes e obrigações aos organismos governamentais para a prática de ações de sustentabilidade, podendo citar: Constituição Federal (Art. 37 combinado com Art. 225 e Art. 170), Lei 12.305/2010 (Plano Nacional de Resíduos Sólidos –Art.07), Lei 12.187/2009 (Instituiu Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC - Art.06,XII), IN 01/2010, Decreto 7.746/2012, IN10/2012, orientado pelo Caderno de Logística (PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL).

INTRODUÇÃO

Este plano busca fomentar o desenvolvimento sustentável nas aquisições realizadas pelo 3º GAC AP, além de fornecer diretrizes para a padronização de produtos e serviços, bem como para a diminuição de custos processuais. Visa também assegurar a conformidade com o planejamento estratégico, o plano diretor de logística sustentável e outros instrumentos de governança da Unidade.

Este plano representa o primeiro elaborado pelo 3º GAC AP e, por ser o pioneiro, será sujeito a aprimoramentos contínuos ao longo de sua vigência. O objetivo é ajustá-lo e aperfeiçoá-lo conforme a experiência adquirida durante sua implementação, buscando sempre a otimização de processos e a maximização dos resultados. Dessa forma, pretende-se promover uma evolução constante das práticas adotadas, assegurando a eficácia e a sustentabilidade das ações logísticas do 3º GAC AP.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Este documento tem como objetivo principal disseminar amplamente as diretrizes que devem orientar os processos licitatórios e as contratações do Regimento, assegurando que estejam em consonância com o planejamento estratégico do Exército Brasileiro.

A utilização dos recursos e bens públicos sob a gestão do 3º GAC AP deve ser conduzida com transparência e alinhada aos objetivos organizacionais, priorizando não apenas a eficiência nos gastos e a redução de custos, mas também, e principalmente, a capacidade da instituição de gerar resultados significativos para o Exército e para a Sociedade.

Os investimentos em infraestrutura devem ser avaliados, planejados e priorizados com base nos objetivos institucionais, considerando critérios como urgência, eficiência, análise de cenários futuros e acompanhamento das tendências nacionais e internacionais, especialmente nas tecnologias relacionadas ao setor bélico.

As atividades militares devem ser conduzidas de forma a evitar, minimizar ou mitigar seus impactos ambientais. É essencial implementar práticas sustentáveis voltadas à preservação do meio ambiente, incluindo o descarte adequado e em conformidade com a legislação, especialmente no que se refere a resíduos químicos e outros gerados pelas operações bélicas em geral.

A busca pela Melhoria Contínua deve ser constante, fundamentada na integração entre as áreas e atividades técnicas e administrativas, além do uso intensivo da informatização. Essa abordagem visa possibilitar que o 3º GAC AP aprimore a qualidade das capacidades entregues, aumente a produtividade e

Plano Diretor de Logística Sustentável

planeje adequadamente suas contratações, com base em uma avaliação precisa de suas reais necessidades.

Deve-se implementar logísticas eficientes, eliminando desperdícios e reduzindo a geração de resíduos e rejeitos. Além disso, é fundamental considerar os custos indiretos associados à aquisição de bens ou à contratação de serviços, abrangendo todo o ciclo de vida da contratação (produção, uso e descarte).

Sempre que viável, as contratações devem ser realizadas de forma centralizada, priorizando serviços e produtos de origem confiável, provenientes de empresas que respeitem os direitos e o bem-estar de seus trabalhadores, bem como as melhores práticas de sustentabilidade.

É essencial promover compras públicas sustentáveis, alinhadas às políticas e prioridades nacionais, incentivar a inovação e o desenvolvimento sustentável no âmbito nacional por meio dos processos licitatórios e fortalecer os mecanismos e instrumentos de governança nas contratações públicas, incluindo a gestão de riscos associada a essas contratações.

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

Este plano será desenvolvido com base na investigação e no diagnóstico da situação logística e das contratações do Regimento Mallet. Serão analisados os contratos vigentes, a eficiência na prestação de serviços e na entrega de materiais, além de identificar os principais desafios relacionados à rotina de pagamentos e ao planejamento dos processos licitatórios.

As soluções propostas para resolver as problemáticas identificadas deverão levar em conta as demandas registradas no ano anterior, os indicadores de desempenho dos processos, a previsão dos recursos necessários e os riscos associados à sua execução.

REFERENCIAL METODOLÓGICO



ETAPA 1 - INVESTIGAÇÃO

MAPEAMENTO DE
INFORMAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DA
LOGÍSTICA

DIAGNÓSTICO - LISTA
DE PROBLEMÁTICA



ETAPA 2 - PROPOSIÇÃO

DEFINIÇÃO DE
OBJETIVOS, AÇÕES,
METAS E
INDICADORES

PROPOSTA DE PLANO DIRETOR



ETAPA 3 - VALIDAÇÃO FINAL

EQUIPE DE
ELABORAÇÃO DO
PLANO DIRETOR DE
LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL

PLANO DIRETOR FINALIZADO

METODOLOGIA DE AFERIÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS

Inicialmente, é importante destacar que os custos indiretos englobam todas as despesas que vão além do custo de aquisição de um produto ou serviço. Esses custos podem incluir gastos com manutenção, utilização, reposição, depreciação, tratamento de resíduos sólidos e impacto ambiental, entre outros aspectos relacionados às etapas do ciclo de vida do objeto, desde que possam ser mensurados de forma objetiva, conforme disposto no art. 34, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

A ferramenta utilizada para a mensuração dos custos indiretos será o Custeio Baseado em Atividades, ou seja, serão avaliadas as despesas totais de cada aquisição de material ou serviço, incluindo desde a entrega ou instalação até a destinação final dos resíduos gerados pela depreciação natural dos produtos envolvidos na contratação.

Cada licitação deverá contabilizar os custos conforme o bem ou serviço licitado. Caso a licitação não envolva custos indiretos após a conclusão do serviço ou entrega do bem, serão considerados apenas os custos indiretos relacionados à manutenção e operação durante o ciclo de vida do item em questão.



Após o mapeamento do ciclo de vida do objeto, segue-se para a mensuração dos custos indiretos, representada pela seguinte fórmula: $CI = CO + CM + CD$. Onde:

- **CI** = custos indiretos

¹ Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) –Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/caderno-logistica-pls>. Acesso em 27 Dez 24.

Plano Diretor de Logística Sustentável

- **CO** = custos de operação; utilização; depreciação; treinamento; licenças e taxas; armazenamento; mão de obra; energia; água; insumos; capacidade ociosa; custos financeiros
- **CM** = custos de manutenção; reposição; falhas; rejeições
- **CD** = custos de descarte; valor residual; obsolescência; tratamento de resíduos; mitigação de impacto(s) ambiental (is)

Por sua vez, o somatório dos custos indiretos ao custo de aquisição denomina-se Custo Total da Posse CTP (TotalCostofOwnership), representado pela seguinte fórmula:

$$CTP=CA+CI$$

Onde:

- **CTP** = custo total da posse
- **CA** = custo da aquisição (preço de etiqueta/ do contrato/ preço pago pelo produto ou serviço)
- **CI** = custos indiretos

Dentro do processo de compras, a análise dos custos indiretos contribui para a definição dos requisitos mínimos e das vantagens de adquirir materiais ou serviços mais duráveis e sustentáveis, promovendo o desenvolvimento sustentável no âmbito nacional. Além disso, essa avaliação pode auxiliar na determinação de até que ponto a aquisição sustentável é financeiramente viável.

É importante esclarecer que os custos indiretos referem-se às despesas que ocorrem após a aquisição. Por outro lado, os custos de pré-aquisição, que envolvem atividades realizadas antes da compra de materiais ou serviços necessários para a produção, como pesquisa de mercado, cotações de fornecedores, negociações contratuais, avaliação de qualidade, entre outros, são considerados parte dos custos diretos.

Após a identificação dos custos, seleciona-se quais são realmente relevantes para o cálculo, levando em conta apenas as categorias nas quais existem variações. Por exemplo, se o custo de entrega for o mesmo para dois produtos, ele não precisa ser considerado no cálculo. No entanto, se houver diferenças no consumo de energia, a eficiência energética, refletida no custo de energia, será um dado relevante para a análise.

A seguir, algumas questões que podem ser verificadas quando da elaboração dos estudos técnicos preliminares:

Despesas de manutenção

- Verificar se há assistência técnica especializada disponível na localidade;
- Verificar as informações do fabricante sobre uso e manutenções periódicas;
- Verificar materiais necessários para a manutenção de um bem ou serviço como também a necessidade de estoque desses materiais;

- Verificar a série histórica de gastos com manutenção do objeto a ser contratado, se disponível no órgão ou entidade; e
- Realizar pesquisa de mercado sobre a manutenção do objeto, dentre outros.

Utilização

- Consultar dados sobre a eficiência energética do objeto (verificar selo de eficiência energética);
- Analisar dados sobre consumo de combustível, baterias, pilhas ou de outros recursos;
- Verificar tempo de vida útil do objeto especificado pelo fabricante, se houver;
- Analisar a necessidade de contratação de mão de obra especializada para operacionalização (ex.: técnicos em elevadores);
- Analisar a necessidade de realizar capacitação de equipes para uso correto do equipamento ou maquinário; e
- Verificar a necessidade de contratação de seguros, dentre outros.

Reposição

- Verificar o valor e a disponibilidade de peças de reposição no mercado, inclusive se há necessidade de importação;
- Verificar se a reposição pode ser feita pelos próprios servidores ou se há necessidade de contratação terceirizada de mão-de-obra.

Depreciação

- Verificar o tempo pelo qual o ativo manterá a sua capacidade para gerar benefícios futuros para o ente;
- Identificar os aspectos técnicos referentes ao desgaste físico e a obsolescência do bem. Por exemplo, a utilização ininterrupta do bem pode abreviar a sua vida útil;
- Se o bem tem sua utilização ou exploração limitada temporalmente por lei ou contrato;
- Consultar a política de gestão de ativos do órgão ou entidade: tabelas de depreciação, tempo de vida útil, valores residuais e taxas aplicáveis Tratamento de resíduos sólidos e impacto ambiental
- Analisar a necessidade de treinamento de equipes para o manejo correto de resíduos;
- Verificar a necessidade de contratação de estruturas ou de equipamentos específicos;
- Planejar gastos adicionais com logística e logística reversa, armazenamento de resíduos e serviços adicionais; e

Plano Diretor de Logística Sustentável

- Analisar a necessidade de realizar medidas mitigadoras dos impactos negativos causados.

DIAGNÓSTICO ATUAL

TEMA	ID	PROBLEMÁTICA
RACIONALIZAÇÃO E CONSUMO CONSCIENTE	P01	Consumo de Telefonia, Energia, Água e Esgoto, Material de Limpeza, Material de Escritório e conservação.
	P02	Abastecimento de energias em mecanismo de geração própria.
UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS E COMBUSTÍVEL	P03	Pedidos urgentes de veículos, dificultando a organização das viagens em itinerários que poderiam ser uma única viagem. Pedido de viagem a outra OMs.
RACIONALIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS	P04	Pedidos Urgentes de alojamento para outros militares, dificultando a organização de controle e manutenção de alojamentos.
NEGÓCIOS DE IMPACTO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	P05	Critérios de avaliação inadequados.
	P06	Pouco conhecimento sobre a implementação prática de negócios de impacto nas contratações públicas.
	P07	Dificuldade em identificar processos e soluções que possam impactar e transformar a realidade socioeconômica de um público-alvo.
DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	P08	Dificuldade em transmitir a mensagem de forma clara e resumida à todos dentro da unidade.
GESTÃO DE RESÍDUOS	P09	Necessidade de local adequado para destinação de materiais que possam conter vestígios de informações sigilosas
	P10	Destinação de materiais inservíveis, porém reaproveitáveis.
	P11	Destinação de vidros, suprimentos de impressão (cartuchos), bateria, restos de fibra ótica
	P12	Destinação de resíduos químicos e orgânicos.

Plano Diretor de Logística Sustentável

	P13	O descarte dos resíduos é realizado por empresa terceirizada, o que dificulta a gerência do processo
COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	P14	Baixa aplicação de critérios e práticas de sustentabilidade nos instrumentos convocatórios. Tornar sustentáveis as compras e contratações públicas adequando a estas práticas o chamado “Consumo Sustentável”. Não se leva em conta apenas o preço, mas o custo como um todo, inserindo critérios ambientais e sociais em compras e licitações.
FOMENTO À INOVAÇÃO DO MERCADO	P15	Dificuldade em encontrar fornecedores que possuam peças de reposição importantes para manutenção de blindados.
	P16	Baixo diálogo com o mercado fornecedor
	P17	Impossibilidade de verificar a qualidade do material fornecido de forma pretérita

PLANO DE AÇÕES E METAS POR EIXO TEMÁTICO

A definição das áreas estratégicas, metas e ações que nortearão a gestão de contratos do 3º GAC AP, assim como a aquisição de bens e serviços, no período de 2025 a 2026, foi realizada com base no levantamento das necessidades identificadas pelas Baterias e Seções, nos documentos que abordam o planejamento de aquisição no Regimento Mallet, e nas boas práticas de governança, planejamento e prestação de serviços, conforme recomendação dos órgãos do Governo Federal. As metas e ações propostas para este PLS foram agrupadas nas áreas estratégicas do Anexo I.

IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A **implementação** de cada ação será relacionada conforme as atribuições dos diferentes setores da Unidade. O Cmt Bia e demais Chefes de Seção compõe o grupo de responsáveis direta ou indiretamente pela implementação do PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL.

Plano Diretor de Logística Sustentável

Para a implementação, que é de responsabilidade dos gestores, recomenda-se que seja realizado por setores, abordando de maneira construtiva os procedimentos para a execução das etapas pertinentes. A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável também elaborará modelos relatórios a serem apresentados.

Para a realização do **acompanhamento** e **avaliação**, a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável adotará os seguintes procedimentos:

1. Realização de reuniões periódicas entre os seus membros;
2. Solicitação de relatórios dos setores das Seções do 3º GAC AP sobre os itens ou ações a serem avaliados. A solicitação destes relatórios será realizada com antecedência aproximada de 30 dias do prazo de elaboração de relatórios da CPLS;
3. Acompanhamento das metas estabelecidas no PLS;
4. Publicação das ações de sustentabilidade já realizadas, na intranet e no sítio eletrônico da OM;
5. Publicação do resumo dos resultados das ações quanto ao cumprimento das metas. A

Comissão gestora do PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL, atenderá, conforme previsto nos Artigos 13 e 14 da IN10/2012/SLTI:

Art.13. Os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL deverão ser publicados semestralmente no site dos respectivos órgãos ou entidades, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores.

Art.14. Ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de acompanhamento do PLS de forma a evidenciar o desempenho da OM, contendo:

I – consolidação dos resultados alcançados; e

II – identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Parágrafo único. Os relatórios deverão ser publicados no site dos respectivos órgãos ou entidades e encaminhados eletronicamente à Secretaria Executiva da CISA.

CONCLUSÃO

Esta é uma versão inicial do PLS, mas já evidencia sua relevância, especialmente no que diz respeito às questões identificadas no Diagnóstico Atual. É fundamental que a Comissão Gestora avalie e inclua nenhum Plano de Metas e Ações como Sugestões de Boas Práticas de Sustentabilidade e de Racionalização de Materiais, conforme indicado no modelo de Plano disponível no Caderno de Logística do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

O PLS deverá ser publicado na Intranet e na página do 3º GAC AP.

Ao final de cada semestre, deverá ser elaborado um relatório de acompanhamento do PLS, de modo a evidenciar os resultados alcançados, sendo este publicado na Intranet e no Sítio Eletrônico. O modelo do relatório é o mesmo disponibilizado no Caderno de Logística do Ministério da Gestão.

ANEXOS

-ANEXO I: PLANO DE AÇÕES E
METAS

Santa Maria, 27 de dezembro de 2024.

FLÁVIO HENRIQUE DO NASCIMENTO –Ten Cel
Comandante do 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado

ANEXO I-PLANO DE AÇÕES E METAS-PLS- 2025/2026 3º GAC AP

DIRETRIZ ESTRATÉGICA	OBJETIVO		META		AÇÃO		PRAZOS		RECURSOS NECESSÁRIOS*	RISCOS ENVOLVIDOS
	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
RACIONALIZAÇÃO E CONSUMO CONSCIENTE	01	Reduzir o uso de material de escritório, energia elétrica, água, esgoto e material de limpeza e conservação	<ul style="list-style-type: none"> Conscientização de militares e acerca do uso consciente dos insumos. Priorizar o uso de mídias eletrônicas, como ferramentas de comunicação (RITEX, Zimbra, Sped, etc). 	Consumo do mês atual e mês subsequente	<ul style="list-style-type: none"> Realizar a 1ª reunião interna de Sustentabilidade. Realizar campanhas que incentivem o uso de mídias eletrônicas. 	Fiscal Administrativo	2025	2026	Equipe treinada para identificação de critérios de sustentabilidade e análise de ciclo de vida do objeto	-
UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS E COMBUSTÍVEL	02	Ajustar os itinerários nas missões diárias	Realizar todas as missões com as Viaturas do 3º GAC AP.	Porcentagem de pedidos	Orientar os usuários a pedir viaturas com Prazo de 24 h.	TODOS	2025	2026	-	-
RACIONALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS	03	Ter espaço para armazenamento organizado dos materiais utilizados frequentemente	Reduzir o acúmulo de materiais obsoletos ou descarregados	Número de itens em estoque	Classificar os tipos de materiais guardados em contêineres e dar destino a materiais inservíveis e descarregados.	Encarregado de Material	2025	2026	-	-
DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	05	Utilizar os meios de sustentabilidade em todos os processos	Capacitar os usuários para uso do sistema	Porcentagem de militares capacitados		Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável	2025	2026	-	-

GESTÃO DE RESÍDUOS	06	Destinação correta de cartuchos de impressora, pilhas, baterias e HD	Mapear os locais de descarte de cada material	Número de pontos de coleta	Divulgar os locais corretos para destinação de materiais	Encarregado de Material	2025	2026	-	-
---------------------------	----	--	---	----------------------------	--	-------------------------	------	------	---	---

DIRETRIZ ESTRATÉGICA	OBJETIVO		META		AÇÃO		PRAZOS		RECURSOS NECESSÁRIOS*	RISCO ENVOLVIDO
	ID	Descrição	Descrição	Indicador	Descrição	Responsável	Inicial	Final		
COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	08	Tornar sustentáveis as compras e contratações públicas adequando a estas Práticas o chamado "Consumo Sustentável"	Adequar 100% dos editais e contratos.	Número de contratos	<ul style="list-style-type: none"> Exigir comprovação da Origem da madeira quando da aquisição de bens e contratação de obras e serviços. Priorizar, quando possível, matéria prima, mão de obra e tecnologia local, comprovadamente sustentável. Exigir da contratada o recolhimento, armazenamento adequado e a comprovação da destinação final adequada dos resíduos Aquisição de bens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT N BR 15448-115448-2. Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis de menor impacto ambiental em relação aos seus similares 	Divisão Técnica e Divisão Administrativa	2025	2026	Equipe treinada para identificação de critérios de sustentabilidade e análise de ciclo de vida do objeto licitado.	Baixo preparo do mercado fornecedor.

